



Kent Academic Repository

Labadi, Sophia (2021) *Conclusões e Recomendações Sobre Políticas. Repensando o Património Para o Desenvolvimento Sustentável*. Technical report. University of Kent

Downloaded from

<https://kar.kent.ac.uk/95002/> The University of Kent's Academic Repository KAR

The version of record is available from

https://blogs.kent.ac.uk/heritagefordevelopment/files/2021/08/POLICY-BRIEFS-Final_Pr-WEB-FINAL-ver

This document version

Publisher pdf

DOI for this version

Licence for this version

UNSPECIFIED

Additional information

Versions of research works

Versions of Record

If this version is the version of record, it is the same as the published version available on the publisher's web site. Cite as the published version.

Author Accepted Manuscripts

If this document is identified as the Author Accepted Manuscript it is the version after peer review but before type setting, copy editing or publisher branding. Cite as Surname, Initial. (Year) 'Title of article'. To be published in *Title of Journal*, Volume and issue numbers [peer-reviewed accepted version]. Available at: DOI or URL (Accessed: date).

Enquiries

If you have questions about this document contact ResearchSupport@kent.ac.uk. Please include the URL of the record in KAR. If you believe that your, or a third party's rights have been compromised through this document please see our [Take Down policy](https://www.kent.ac.uk/guides/kar-the-kent-academic-repository#policies) (available from <https://www.kent.ac.uk/guides/kar-the-kent-academic-repository#policies>).

Conclusões e Recomendações Sobre Políticas

Repensando o Património Para o
Desenvolvimento Sustentável

Sophia Labadi



Conclusões e Recomendações Sobre Políticas

**Repensando o Património Para
o Desenvolvimento Sustentável**

Citação recomendada: Labadi, S. 2021. Conclusões e Recomendações sobre Políticas. Repensando o Património para o Desenvolvimento Sustentável. The University of Kent.

Estas Conclusões e Recomendações sobre Políticas são uma versão condensada das conclusões do livro: Labadi, S. 2022. Heritage for sustainable development. International Framework, local impacts. UCL Press

Revisores :

Felicia Fricke e Ilaria Rosetti

Design gráfico :

Stéphane Douanla (douanlastephane@gmail.com)

Fotos :

Todas as fotos são da ©Sophia Labadi, excepto a foto da Ilha Robben, África do Sul ©Albino Jopela

Ilustrações :

Pete Morey, liveillustration.co.uk

Tradução :

Mendes Ubisse

Agradecimentos :

Estas Conclusões e recomendações sobre Políticas foram discutidas em várias reuniões e contaram com os comentários de: Haifaa Abdulhalim, George Abungu, Clara Arokiasamy, Pascal Assine, Alioune Badara, Lamine Badji, Tim Badman, Alice Biada, Olga Bialostocka, Annalisa Bolin, Tokie Brown, Catherine Cullen, Susan Denyer, Maimouna Diallo, Ismaila Dione, Alpha Diop, Ismail Diop, Christine Faye, Nicole Franceschini, Francesca Giliberto, Karl Goodwin, Madické Gueye, Stela Gujamo, Alison Heritage, Harriet Hoffler, Didier Houénoude, Albino Jopela, Annie Jouga, Mohamed Juma, Rim Kelouaze, Keya Khandaker, Nikki Locke, Mouhamed Ly, Angela Martins, Sidonio Matusse, , Njeri Mbure, Nazir Ndour, Florentine Okoni, Aylin Orbasli, Arti Pragivandas, Dennis Rodwell, Abdou Sall, Yvette Senghor, Vicensia Shule, Aminata Sonko, Énio Tembe, Ibrahima Thiaw, Souayibou Varissou, Loes Veldpauw, Mark Watson, Ege Yildirim, Daniel Zacarias, Claudio Zonguene.

ÍNDICE

PREFÁCIO	05
PRÉ-REQUISITOS	06
Integrar o património nos desafios do desenvolvimento sustentável	07
Considerar o património como dinâmico	08
Parar de estereotipar os locais	09
Considerar o património nas suas múltiplas dimensões	10
Rejeitar o património como necessariamente positivo	11
Gerir o património para a justiça social	12
Mudar a lógica egocêntrica do quadro de ajuda internacional	13
REDUÇÃO DA POBREZA	15
Indo para além do turismo: responder às necessidades dos habitantes locais para além do Mercado	16
Ligando fornecedores e utilizadores	17
Desafiando as máquinas neoliberais e neocoloniais	18
Definição de novos mapas de património e turismo	19
Reinvenção dos turistas	20
IGUALDADE DE GÉNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES	22
Consideração do género em questões patrimoniais para o desenvolvimento	23
Abolição da abordagem cega ao género	24
Combate à discriminação, um dia de cada vez	25
Redistribuição de (cuidados) responsabilidades	26
PATRIMÓNIO, MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	28
Compreensão do património como um activo e como uma ameaça ao meio ambiente	29
Reconhecimento do património como uma adaptação às mudanças climáticas e ambientais	30
Promoção de produtos de origem local	31
Diminuição da pressão sobre o património e sobre o meio ambiente	32
BIBLIOGRAFIA	34

PREFÁCIO

As Conclusões sobre Políticas resumem algumas das conclusões do projecto "[Repensando o Património para o Desenvolvimento: Quadro Internacional, Impactos Locais](#)", e depois apresentam algumas recomendações. "Repensando o Património para o Desenvolvimento" foi um projecto que liderei entre Janeiro de 2019 e Julho de 2021, financiado pelo Conselho de Investigação em Artes e Ciências Humanas (AHRC) no Reino Unido (Ref. do Financiamento AH/S001972/1), a Fundação Caligara na Itália, e a Universidade de Kent no Reino Unido, com o apoio do ICOMOS-UK e do Fundo do Património Mundial Africano. Uma versão mais abrangente das conclusões e as análises e interpretações completas da pesquisa estão a ser publicadas como um livro de acesso livre pela [UCL Press](#).

O projecto visa compreender por que razão o património foi marginalizado dos Objectivos de [Desenvolvimento Sustentável \(ODS\)](#) das Nações Unidas, adoptados em 2015. As conclusões aqui apresentadas explicam algumas questões recorrentes quando o património é considerado para o desenvolvimento sustentável, e são explicadas algumas recomendações. Para produzir o documento, foram analisadas narrativas internacionais que promovem o património para o desenvolvimento, bem como projectos implementados na África subsariana que visavam fornecer provas da contribuição do património para o desenvolvimento a tempo da negociação dos ODS. Estes projectos são: "Aproveitando a Diversidade para o Desenvolvimento Sustentável e Mudança Social na Etiópia" (Julho de 2009-Dezembro de 2012); "Fortalecimento das indústrias culturais e criativas e políticas inclusivas em Moçambique" (Agosto de 2008-Junho de 2013); "Turismo Cultural Sustentável na Namíbia" (Fevereiro de 2009-Fevereiro de 2013); e "Promoção de Iniciativas e Indústrias Culturais no Senegal - País de Bassari e Delta de Saloum" (Setembro de 2008-Dezembro de 2012).

Embora os meus estudos de caso se situem todos na África Subsariana, as conclusões e recomendações foram desenhadas para serem aplicáveis em todo o mundo, principalmente para locais patrimoniais que beneficiam de reconhecimento e protecção nacional ou internacional. Foi dada prioridade a uma abordagem ampla para assegurar a compatibilidade com diferentes casos, embora também se reconheça que serão necessários mais ajustamentos nacionais e locais.

Começo por apresentar sete pré-requisitos para uma melhor consideração do património para o desenvolvimento sustentável. Estas sete ideias não são necessariamente novas, mas são áreas que ainda devem ser resolvidas com urgência. São consideradas "pré-requisitos" porque são questões fundamentais e fulcrais sobre o património para o desenvolvimento. Inspiradas nos principais temas emergentes da análise dos projectos seleccionados, as secções seguintes concentram-se na redução da pobreza, igualdade de género, e sustentabilidade ambiental.

Para assegurar a sua relevância a longo prazo, este documento não se concentra na realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, que tem como data de término 2030, mas sim na realização de alguns dos pilares fundamentais da sustentabilidade económica, social e ambiental.

Espero que esta brochura seja útil para profissionais do património, académicos, organizações governamentais e intergovernamentais, e para a comunidade de doadores. Aguardo com expectativa as múltiplas e criativas formas em que as conclusões e recomendações serão implementadas.

Para mais informações sobre o projecto ou para entrar em contacto para implementar as recomendações, por favor, contacte-me, Professora Sophia Labadi, pelo: s.labadi@kent.ac.uk

PRÉ-REQUISITOS



INTEGRAR O PATRIMÓNIO NOS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os gestores de locais patrimoniais e outros interessados directos trabalham frequentemente apenas para a protecção e preservação dos valores oficiais do património. Esta abordagem reflecte o Objectivo do [Desenvolvimento Sustentável 11.4](#), com o seu foco na protecção e preservação do património mundial cultural e natural. No entanto, foi claramente reconhecido que esta abordagem é muito restrita, por exemplo, na Política da [UNESCO de 2015 sobre o Património Mundial e Desenvolvimento Sustentável](#), que reconhece que proteger os valores de um local patrimonial é fundamental, mas que "ao mesmo tempo, fortalecer as três dimensões do desenvolvimento sustentável, que são a sustentabilidade ambiental, o desenvolvimento social inclusivo, e o desenvolvimento económico inclusivo, bem como a promoção da paz e da segurança, pode trazer benefícios aos bens do Património Mundial e apoiar o seu valor universal excepcional, se forem cuidadosamente integrados na sua conservação e nos sistemas de gestão".

As razões para uma compreensão tão restrita da preservação de património como desenvolvimento sustentável são diversas. Parece haver o receio de que associar o desenvolvimento sustentável aos locais patrimoniais permita qualquer tipo de desenvolvimento e, de facto, existem muitos exemplos de desenvolvimento problemático em locais patrimoniais. As outras razões incluem uma compreensão limitada da contribuição do património para o desenvolvimento sustentável; a natureza do papel do gestor do local, que requer um enfoque na protecção dos valores patrimoniais; a dificuldade de implementar abordagens que vinculem o património ao desenvolvimento sustentável; as práticas de trabalho isoladas e falta de pessoal, especialmente aqueles com experiência mais ampla que vai além da gestão patrimonial; e as relações de poder que limitam a implementação de projectos patrimoniais para o desenvolvimento cultural para identificar e evitar os impactos negativos de projectos em locais patrimoniais.

Possíveis caminhos a seguir:

- Defender o papel do património como uma solução potencial para os desafios contemporâneos para além da sua mera conservação e gestão, usando documentos existentes, incluindo a [2021 ICOMOS Policy Guidance on Heritage e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável](#), e a Política da UNESCO sobre Património Mundial e Desenvolvimento Sustentável de 2015.
- Integrar elementos da Política de 2015 na legislação nacional.
- Fortalecer a pesquisa e a implementação de limites para mudanças aceitáveis, bem como para ferramentas de avaliação de impacto ambiental, social e cultural para identificar e evitar os impactos negativos de projectos em locais patrimoniais.

CONSIDERAR O PATRIMÓNIO COMO DINÂMICO

As propriedades patrimoniais são frequentemente vistas como estáticas, imutáveis e paradas no tempo. Uma razão para isto é que o património deve ser considerado "autêntico" (ou seja, no seu design, material, acabamento e configuração "originais"), para que tenha algum valor. A outra razão é o uso político do património cultural como uma materialização estática de nacionalidade. No entanto, a maioria das propriedades patrimoniais realmente mudou ao longo do tempo, muitas vezes por causa de alterações na função ou moda, ou para melhorar as condições de vida das populações.

Uma visão estática do património é problemática por pelo menos duas razões. Primeiro, as circunstâncias externas são muitas vezes negligenciadas, como é o caso das mudanças

climáticas em alguns locais patrimoniais. No Senegal, por exemplo, houve uma queda na pluviosidade em torno de 300mm e um aumento de 1,7°C na temperatura em 30 anos, além de chuvas mais intensas e de menor duração. Os impactos negativos incluem o avanço do mar; a erosão costeira; a desertificação; a perda de mangais; a perda de terras aráveis e pastagens; e a escassez de água para irrigação¹. Isto, obviamente, tem tido impacto sobre os locais patrimoniais. Segundo, uma vez que o património é considerado arcaico, as suas contribuições para o desenvolvimento sustentável são frequentemente ignoradas ou negligenciadas. Por exemplo, no Delta de Saloum, as conchas do mar eram, historicamente, usadas como barreiras contra a subida dos níveis do mar até que, recentemente, começaram a ser usadas como materiais de construção.

Possíveis Soluções:

- Reconhecer que os valores patrimoniais e a autenticidade mudam ao longo do tempo. Promover exemplos que vêem os valores patrimoniais como abrangentes e dinâmicos. Considerar se "a autenticidade" é um conceito relevante ou se deve ser descartado.
- Reconhecer as práticas tradicionais de gestão patrimonial que, muitas vezes, têm adoptado soluções dinâmicas para os desafios.
- Comparar exemplos de como o património tem se adaptado dinamicamente aos desafios contemporâneos, e explicar como esses desafios e soluções não têm sido estáticas.

1. Amadou Thierno Gaye et al., Sénégal: revue du contexte socioéconomique, politique et environnemental. Rapport d'étude IED Afrique. Innovation, environnement, développement, 2015. http://www.iedafrique.org/IMG/pdf/Revue_Resilience_Croissance_et_changement_climatique_au_Senegal-2.pdf

PARAR DE ESTEREOTIPAR OS LOCAIS

As comunidades que vivem dentro e ao redor de propriedades patrimoniais são frequentemente valorizadas apenas quando apresentadas como “autênticas” ou paradas no tempo. Isto é perigoso porque essencializa e estereotipa indivíduos e comunidades, especialmente, em África. Um exemplo dessas percepções arcaicas e simplificadas é o tratamento dado às minorias étnicas no País Bassari, Senegal, no [dossiê de candidatura](#) para a inscrição desta propriedade na lista do Património Mundial e na sua avaliação. Em 2012, o País Bassari foi inscrito na Lista sob os critérios (iii), (v) e (vi), para reconhecer o rico património, culturas complexas e interações entre factores ambientais, práticas de uso de terra, e regras sociais que têm moldado a paisagem. No dossier, a população local é descrita da seguinte forma:

“As influências externas que têm distorcido

a natureza e a cultura de muitas regiões do Senegal estão ausentes aqui. Apesar das difíceis condições de vida, as populações da região defendem orgulhosamente as suas tradições, o que significa que a arquitectura, a gestão dos recursos naturais, e as práticas culturais são respeitadas [...] que as paisagens, as máscaras, os penteados, os trajes, e todas as outras manifestações físicas destas práticas culturais não mudaram (...)”.

[A avaliação do ICOMOS \(2012\)](#) reitera estes comentários quando afirma que as minorias étnicas locais vivem longe da “modernidade” (sic), com a única excepção da adopção de vestuário “ocidental”. Contudo, esta apresentação estática não reflecte a realidade; as diferentes minorias étnicas que vivem no País Bassari mudaram, de facto, e estão, por exemplo, a utilizar telemóveis e antenas parabólicas.

Possíveis Soluções:

- Formar profissionais locais, nacionais e internacionais, e autoridades sobre preconceitos (implícitos), estereótipos e racismo sistémico em práticas patrimoniais.
- Garantir que os documentos em locais patrimoniais, incluindo as candidaturas para inclusão na Lista do Património Mundial, tenham seguido um processo de participação e tenham o consentimento prévio e informado das comunidades, que pode ser registado e publicado.

CONSIDERAR O PATRIMÓNIO NAS SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES

O património ainda é frequentemente compartimentado em material ou imaterial, natural ou cultural. Estas categorias foram criadas na Europa e usadas para estruturar e apoiar os sistemas coloniais. Infelizmente, as diferentes convenções e programas da UNESCO, que consideram o património material e imaterial, natural e cultural separados, têm o efeito negativo a longo prazo de manter estas separações erróneas no terreno. Além disso, a legislação do património em muitos países africanos, muitas vezes herdada dos tempos coloniais, ainda usa estas categorias. É somente pela compreensão holística e abrangente, unindo aspectos materiais e imateriais e características naturais e culturais, que o património pode contribuir para o

desenvolvimento sustentável. Por exemplo, o País Bassari foi nomeado para a Lista do Património Mundial para que o seu património pudesse ser usado como um catalisador para o desenvolvimento sustentável. Isto incluiu o apoio ao crescimento económico do fonio, o cuscuz local, cujas manifestações associadas foram inscritas no registo do património imaterial do Senegal em 2019, e que é mais adaptável às mudanças climáticas do que outras culturas, pois pode resistir à seca e às chuvas, portanto, tem potencial para fazer face ao ODS 2 (Erradicar a fome). No entanto, o fonio não foi reconhecido nos valores pelos quais o País Bassari foi inscrito na Lista do Património Mundial e não se beneficiou da inscrição.

Possíveis caminhos a seguir:

- Usar o termo "património" para fazer a ponte entre as diferentes formas e manifestações patrimoniais, como foi feito, conscientemente, [na ICOMOS Policy Guidance on Heritage and the Sustainable Development Goals](#) e [na 2015 UNESCO Policy on World Heritage and Sustainable Development](#). Isto nos ajudaria a ir além da divisão entre património "cultural", "natural", "material" e "imaterial".
- Identificar como a divisão entre o património natural, cultural, material e imaterial pode ser eliminada por meio de medidas como a revisão das diretrizes operacionais da Convenção do Património Mundial e das práticas laborais de ONGs internacionais, regionais e nacionais, e de sistemas jurídicos. Publicar estudos de caso de locais patrimoniais que foram além dessas diferentes divisões.



Delta de Saloum, Senegal, ilustrando a inseparabilidade da natureza, cultura, material e imaterial

REJEITAR O PATRIMÓNIO COMO NECESSARIAMENTE POSITIVO

O ODS 11.4 reitera a ideia de que a protecção e gestão do património são intrinsecamente boas, neutras e benevolentes. O património é e sempre foi contestado, e, muitas vezes, grupos poderosos apoderam-se deste para o seu próprio benefício, e para alcançar objectivos políticos. Os direitos humanos básicos são frequentemente violados em nome da protecção e preservação do património. O direito de ter acesso e desfrutar do património ainda é ameaçado por políticos usurpadores de terra; os meios de subsistência das populações são

ameaçados por programas de desenvolvimento de turismo; e a dignidade das mulheres é pisoteada para dar continuidade as práticas do património imaterial. Estes diferentes exemplos demonstram como muitas das desigualdades e injustiças estruturais destacadas nos ODS são realmente perpetradas em nome do património e da cultura. Somos cúmplices na manutenção e perpetuação dessas desigualdades e injustiças por reconhecer apenas as dimensões positivas do património.

Possíveis Soluções:

- Promover uma abordagem patrimonial baseada nos direitos humanos para o desenvolvimento sustentável. Os direitos humanos relacionam-se, aqui, com a dignidade das pessoas nas diferentes interpretações do conceito, e não como princípios filosóficos estreitos do Ocidente.
- Por exemplo, segundo este princípio, todos os grupos e comunidades interessados devem ter o mesmo direito de decidir quais as tradições culturais a manter, mudar ou descartar, incluindo o direito das mulheres de não participar em práticas patrimoniais quando discriminatórias.
- Encorajar os académicos a documentar como o património é utilizado para manter, mas também para fazer face as desigualdades estruturais e as injustiças em diferentes partes do mundo.

GERIR O PATRIMÓNIO PARA A JUSTIÇA SOCIAL

A minha pesquisa foca na conservação e preservação do património apenas para o benefício de um pequeno número de pessoas. O património pode contribuir melhor para o objectivo da Agenda 2030 de “não deixar ninguém para trás” se também beneficiar as comunidades locais marginalizadas e os titulares de direitos. Para que isto aconteça, a protecção e preservação de património não se devem preocupar apenas com os direitos humanos, mas também com a justiça social. Uma abordagem de justiça social é um compromisso com a igualdade e equidade social, revela e interrompe os sistemas de dominação, discriminação e exclusão. Não pode ser imposta externamente, ao contrário da maioria dos projectos de ajuda internacional que analisei. Por outro lado, alguns dos projectos de justiça social de maior sucesso que analisei no terreno tinham um líder respeitado que forneceu a visão ou o apoio para um projecto, que trabalhou através das relações locais e dinâmicas de poder, e que garantiu que o projecto fosse desenvolvido por habitantes locais em cooperação com parceiros financeiros de longo prazo, fornecendo fontes regulares de financiamento (seja de doadores privados ou internacionais).

Possíveis caminhos a seguir:

- Garantir que os projectos sejam inteiramente conduzidos por habitantes locais, ou co-produzidos, e que não sejam impostos externamente (ver abaixo para mais sugestões). Para que tal aconteça, o financiamento deve ser disponibilizado para peritos locais e ONGs, em vez de ser canalizado através de instituições nacionais e internacionais.
- Promover e documentar mecanismos para assegurar a compensação (incluindo, mas não se limitando aos mecanismos financeiros) para as pessoas afectadas pelas decisões de preservação cultural e da biodiversidade.



Um símbolo de justiça social na ilha de Gorée, Senegal

MUDAR A LÓGICA EGOCÊNTRICA DO QUADRO DE AJUDA INTERNACIONAL

Os projectos liderados pelo património e pela cultura não têm conseguido desafiar a lógica da ajuda e do desenvolvimento internacional. Embora uma abordagem de projectos baseada no património e na cultura deva considerar as especificidades locais, as questões mais amplas das relações de poder assimétricas entre doadores e países beneficiários ainda não foram tratadas com sucesso. Uma razão para isto é que o sistema de ajuda internacional, apesar das reformas, ainda responde à lógica egocêntrica, em que os projectos beneficiam os doadores,

que tendem a ser potências ocidentais em vez de comunidades-alvo². Além disso, grande parte do financiamento para os projectos analisados foi usado para cobrir os custos das organizações ou consultores da ONU ou para pagar a participação de funcionários públicos nas reuniões, alguns dos quais não deram uma contribuição significativa para o sucesso dos eventos. O resultado foi que apenas uma pequena parte do financiamento chegou às populações-alvo, muitas vezes com impactos limitados.

Possíveis soluções:

- Recolher dados de avaliação do projecto dos próprios participantes. Actualmente, os projectos financiados pela ajuda internacional ou bilateral raramente são avaliados pelos beneficiários ou participantes do projecto. Com os beneficiários tornando-se os principais avaliadores do projecto, os doadores e os actores da implementação estariam, então, preocupados principalmente em responder as preocupações dos beneficiários, visto que eles, os segundos, prestariam contas e seriam responsabilizados pelos primeiros.
- Garantir que qualquer projecto subsequente financiado tenha em conta os comentários dos beneficiários e as necessidades expressas, e não as imaginadas ou observadas por doadores externos. Isto ajudaria a reduzir a repetição de erros, como foi documentado na minha pesquisa, e poderia também prolongar a duração dos projectos para impactos duradouros.



Placas enferrujadas de projectos de ajuda internacional no Delta de Saloum, Senegal

2. Sophia Labadi, ed., [The Cultural Turn in International Aid. Impacts and Challenges for Heritage and the Creative Industries](#). London: Routledge, 2019.

RETHINKING HERITAGE for SUSTAINABLE DEVELOPMENT

INTEGRATE HERITAGE into SUSTAINABLE DEVELOPMENT

CONSIDER HERITAGE AS DYNAMIC

REJECT 'HERITAGE' AS NECESSARILY POSITIVE

PROMOTE A HUMAN RIGHTS-BASED APPROACH

BRIDGE 'NATURE' & 'CULTURE' DIVIDE.

CONSIDER HERITAGE in MULTIPLE DIMENSIONS!

GATHER PROJECT EVALUATION from PARTICIPANTS THEMSELVES!

REMOVE the CRITERION of 'AUTHENTICITY'?

BUT I LIVE HERE! AND I NEED MOBILE PHONE SIGNAL!

STOP ESSENTIALIZING LOCALS

PEOPLE ARE NOT FROZEN in TIME!

ADVOCATE for the ROLE of HERITAGE

MANAGE HERITAGE FOR SOCIAL JUSTICE

LOCAL-LED →

FUNDING for LOCALS!

DISTURB the LOGIC of the INTERNATIONAL AID FRAMEWORK!

ACTUAL NOT PERCEIVED NEEDS



Redução da pobreza





Universidade Lúrio, Ilha de Moçambique, Moçambique

INDO PARA ALÉM DO TURISMO: RESPONDER ÀS NECESSIDADES DOS HABITANTES LOCAIS PARA ALÉM DO MERCADO

A maioria dos projectos analisados na minha pesquisa, e na verdade a maioria dos projectos patrimoniais em geral, concentram-se demasiado nos supostos benefícios do turismo internacional, na visão neo-colonialista de que o Ocidente (de onde provém a maioria dos turistas em África) pode trazer um fim à pobreza. Por outras palavras, o património como redução da pobreza segue um modelo baseado no turismo, o qual, acima de tudo, responde às necessidades dos ocidentais. A pandemia de Covid-19 expôs a fragilidade desse sistema. Os modelos turísticos actuais beneficiam principalmente empresas e indivíduos internacionais e estrangeiros, com os instrumentos centrais das viagens aéreas, hotéis, e comércio electrónico concentrados no hemisfério Norte. Os projectos devem ir para além de um único foco no turismo e nos mercados externos, utilizando o património para fazer face

às necessidades locais. O património, se alguns ou todos os pré-requisitos forem considerados, pode ajudar a fazer face às muitas dimensões da pobreza, tais como a segurança alimentar ou um ambiente mais saudável.

Além disso, qualquer abordagem que visa à redução da pobreza precisa de ir para além do rendimento e do emprego, especialmente porque os trabalhadores patrimoniais muitas vezes não recebem o salário vital nem têm condições de emprego seguras. A maioria está empregada nos sectores informais, e isto é particularmente verdade em África. Por conseguinte, defendo a importância de proporcionar aos trabalhadores licenciados uma série de direitos básicos, incluindo direitos trabalhistas, acesso a cuidados de saúde ou benefícios de protecção social, e o direito de ter um salário decente.

Possíveis Soluções:

- Apoiar, sobretudo, projectos patrimoniais que respondam às necessidades locais. Na Ilha de Moçambique, por exemplo, foi recentemente inaugurada uma universidade. Porque não fornecer bens e serviços aos estudantes, em vez de se concentrar no desenvolvimento turístico?
- Realizar pesquisas para identificar modelos de emprego patrimonial que possam proporcionar direitos básicos, protecção social e salários decentes, bem como mecanismos inovadores de financiamento para os apoiar, que possam ser adaptados às situações locais.



Feira artesanal vazia, pois não está a ser usada pela população local, Delta de Saloum, Senegal

LIGANDO FORNECEDORES E UTILIZADORES

Um dos principais défices de todos os projectos foi a falta de ligação com as necessidades da população local no terreno, bem como com empresas locais, empresários individuais, organizações locais, e universidades. Não só podem ser fontes importantes de soluções locais, se estiverem envolvidas, como também podem trazer benefícios sociais e económicos duradouros. As empresas podem ajudar no desenvolvimento de modelos para tais ligações. No entanto, raramente fazem parte de projectos patrimoniais, por várias razões. A primeira é uma suposição de que as empresas são indelicadas e apenas interessadas no lucro, pelo que os habitantes locais estão frequentemente relutantes em se envolverem

com elas. Notei também que os proprietários de empresas desconfiam dos produtos e serviços locais, mesmo para produtos simples como a geleia, que são frequentemente importados. No entanto, algumas empresas têm feito a diferença. Na África do Sul, por exemplo, algumas empresas de turismo adquirem os seus produtos e serviços localmente, desde serviços de lavandaria a jardinagem e paisagismo, bem como produtos locais para restaurantes e cafés. Além disso, existem programas para encorajar as empresas a ter uma abordagem mais ética aos negócios, mas a aceitação é frequentemente baixa devido à falta de sensibilização, informação, e incentivos ou benefícios reais para os habitantes locais.

Possíveis caminhos a seguir:

- Publicar estudos de caso sobre como os sectores público e privado existentes respondem às necessidades locais tanto separadamente como em cooperação, como foram criados mecanismos de financiamento inovadores, e como estes podem ser adaptados e melhorados.
- Auxiliar na criação de programas de certificação nacionais e na sua sustentabilidade a longo prazo, bem como desenvolver incentivos para a adopção dos mesmos.



Ec lodge gerido pela comunidade, Saloum Delta, Senegal

DESAFIANDO AS MÁQUINAS NEOLIBERAIS E NEOCOLONIAIS

A maioria dos projectos que analisei não desafiou as relações de poder existentes e as desigualdades estruturais. Uma razão para tal é que os projectos muitas vezes começam do zero e são impostos externamente, em vez de serem construídos com base no que já existe, e não desafiam os quadros neoliberais. O turismo, por exemplo, é geralmente o sector escolhido para a redução da pobreza liderada pelo património em países considerados “de baixo rendimento”. Este sector, pelo menos até à pandemia de Covid-19, ainda estava construído em torno de hierarquias e relações neo-colonialistas e neoliberais. Na minha pesquisa, em diferentes países da África Subsariana, os habitantes locais foram formados para permanecerem em empregos

de baixo nível e precários, tais como guias turísticos ou venda de lembranças. Entretanto, por outro lado, lodges, empresas de guias turísticos e restaurantes continuaram a ser predominantemente propriedade e geridos por estrangeiros brancos e empresas estrangeiras. Tentou-se desafiar estas hierarquias e relações de poder e ajudar, por exemplo, com a criação de casas de hóspedes, empresas de guias turísticos e restaurantes de propriedade comunitária. Contudo, estas tentativas enfrentaram muitos desafios, incluindo a apropriação pelo governo para o seu próprio benefício, os locais remotos e os baixos níveis de ocupação das casas de hóspedes, e a promoção e marketing inadequados.

Algumas sugestões para mudança:

- Fornecer financiamento, formação e apoio às estruturas e iniciativas existentes que desafiam hierarquias e relações de poder, tais como casas de hóspedes de propriedade da comunidade ou empresas de guia turística. Muitas vezes, a formação regular e financiamento adicional são o que estas estruturas precisam para prosperar.
- Facilitar a criação de redes de apoio mútuo para projectos de base local, para permitir a partilha de experiências, estratégias de comunicação, despesas, recursos e competências. De facto, vários projectos, de criação de hotéis ou de empresas de guias, têm abordagens e desafios semelhantes.

DEFINIÇÃO DE NOVOS MAPAS DE PATRIMÓNIO E TURISMO

A pandemia de Covid-19 demonstrou a necessidade do património e do turismo visarem visitantes nacionais e regionais para o turismo local/interno, em vez de visitantes internacionais. A alteração dos mapas do património pode tornar-se ainda mais relevante à medida que o turismo regional tenta mitigar a quebra nas chegadas internacionais, que poderia resultar da pandemia. No entanto, actualmente, prioriza-se o património colonial em detrimento do nacional e local. A África é projectada como um ermo para o gozo dos ocidentais. Como resultado, a propriedade do património e o orgulho pelo mesmo está muitas vezes longe do alcance dos habitantes locais e nacionais. Uma reapropriação dos mapas e património de África está em conformidade com [a Carta para o Renascimento Cultural Africano de 2006](#), que visa eliminar todas as formas

de alienação, exclusão, e opressão cultural no continente. Essa reapropriação já está a acontecer na África do Sul com a recente [Rota do Património de Libertação](#). Embora uma mudança de enfoque do património estrangeiro para o património nacional possa exacerbar os usos do passado para ganhos políticos nacionais, na realidade, a maioria dos locais patrimoniais, em todo o mundo, já são utilizados para ganhos políticos e para a representação da nação. Tais redefinições ajudarão a África a escrever a sua própria história, passado e memória colectiva, em vez da Europa ditar o que deve ser conservado, e para quem. Novos destinos turísticos podem também ser uma oportunidade para transferir os benefícios turísticos dos estrangeiros para os locais, embora a diversificação entre actividades turísticas e não turísticas possa ser necessária.

Possíveis caminhos a seguir:

- Considerar como exemplos existentes, tais como a Ilha de Gorée (Senegal) e Ilha Robben (África do Sul), foram definidas como novos locais, e adoptar e adaptar estes passos para destinos futuros. Utilizar as tentativas falhadas de alteração do património e do turismo como advertências.
- Pesquisar como os destinos localizados (incluindo locais de peregrinação ou religiosos) podem ser melhor adaptados às necessidades dos residentes, bem como dos turistas nacionais e regionais, e trazer maiores benefícios para os habitantes locais.
- Desenvolver disposições formais educacionais que possam levar a um emprego condigno e a actividades geradoras de rendimentos.



Ilha Robben, África do Sul na Rota do Património de Libertação

REINVENÇÃO DOS TURISTAS

O turismo nunca mudará se os turistas não mudarem. Os turistas podem ter perfis muito diferentes, com, por um lado, os hedonistas que querem desfrutar da vida como clientes superficiais. Há centenas de tours ou atrações, em todo o mundo, que são superficiais, e que consideram os turistas minas de ouro ou como pessoas que procuram gratificação instantânea e diversão. Por outro lado, há turistas “éticos” que tentam fazer o bem, sendo o voluntariado um dos sectores do turismo que mais rapidamente cresceu até à pandemia de Covid-19. Contudo, o voluntarismo é problemático por inúmeras razões, com os voluntários a assumirem frequentemente os trabalhos dos locais, e a visão paternalista,

neocolonial, e salvadora dos brancos, de que a população local precisa de ser “ajudada” ou “cuidada”. Além disso, os turistas querem muitas vezes dar dinheiro, mas eles próprios decidem sobre o quê e onde dar, o que limita a sua utilidade e mina as prioridades e iniciativas locais significativas. Se forem concedidos mais poderes aos habitantes locais relativamente à forma como gostariam de moldar o turismo, então o comportamento dos turistas poderá também mudar. A mudança destas dinâmicas de poder pode também melhorar a utilidade das doações filantrópicas, e uma abordagem ascendente aos projectos turísticos pode ajudar a desmantelar a exotização das comunidades locais.

Alguns caminhos a seguir:

- Promover projectos em que os turistas tenham feito mudanças positivas. Por exemplo, alguns destinos convidam os turistas a limpar praias e outros locais populares, enquanto outros convidam turistas e visitantes a plantar árvores.
- Pesquisar e implementar mecanismos que alinhem melhor a tentativa dos turistas de “fazer o bem” com as necessidades dos habitantes locais. Por exemplo, foram publicadas brochuras para informar os turistas dos danos que causam como resultado da sua abordagem de “salvador branco”, que tenta melhorar ou alterar uma situação local sem compreender o seu contexto específico.

RETHINKING HERITAGE for SUSTAINABLE DEVELOPMENT



Igualdade de género e empoderamento das mulheres



CONSIDERAÇÃO DO GÉNERO EM QUESTÕES PATRIMONIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO

As mulheres e os outros géneros são ainda marginalizados em projectos patrimoniais para o desenvolvimento. Em muitos dos casos examinados nesta pesquisa, as preocupações das mulheres e de outros géneros não faziam parte integrante da concepção e implementação dos projectos. No entanto, nenhum desafio internacional fundamental pode ser enfrentado a fundo sem uma plena consideração das perspectivas de género. As mulheres, por exemplo, mantêm frequentemente práticas agrícolas resilientes, consideradas

património imaterial, que ajudam a proteger os ecossistemas e a reforçar a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas e à seca. As esposas dos pescadores também têm sido alvo de programas alternativos de subsistência baseados no seu património tradicional ou imaterial, para proporcionar rendimentos adicionais e combater a sobrepesca, contribuindo, assim, para o cumprimento do [Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 14](#).

Possíveis caminhos a seguir:

- Envolver as organizações locais que trabalham com género e empoderamento das mulheres que podem proporcionar uma compreensão local e ir para além das definições ocidentais destes conceitos, tendo em conta as noções de raça, deficiência (habilidade), idade, estado civil, e outras identidades.
- Garantir que os projectos considerem mais a diversidade de géneros para além das considerações ocidentais, e quando apropriado, para além do binário homem/mulher.



Festival do fonio, Kédougou, Senegal, 2019

ABOLIÇÃO DA ABORDAGEM CEGA AO GÉNERO

Muitos esforços para “melhorar” as perspectivas das mulheres, incluindo as capacitações de curto prazo, fracassaram por serem cegas ao género. Com essas abordagens, as actividades são proporcionadas tanto às mulheres como aos homens indiscriminadamente. Nesse processo, aplica-se uma visão simplificada da “igualdade de género” como um mero equilíbrio de participantes femininos e masculinos. Os projectos são considerados ainda “mais bem-sucedidos” quando há mais mulheres do que homens a participar nas actividades. No entanto, na maioria dos casos, esses cursos de formação e actividades relacionadas são impostos a mulheres e homens, sem a sua contribuição para o conteúdo. Além disso, as concepções ocidentais sobre mulheres e homens são aplicadas sem considerar a complexidade local de género, por exemplo, nas várias sociedades matrilineares em alguns países africanos.

Essa abordagem cega leva à formação de mulheres em áreas onde elas não querem ou não podem trabalhar (por exemplo, guias turísticos em países onde esta é considerada área de homens). De que serve formá-las para serem guias turísticos se não é isto que querem ou se podem fazer? Não seria

melhor perguntar o que elas e os outros géneros querem? As suas opiniões são importantes. As suas escolhas não são espontâneas, são moldadas por estereótipos e discriminações arraigados e amplamente difundidos. Por isso, qualquer projecto que vise assegurar a igualdade de género deve considerar seriamente e combater a discriminação e estereótipos sistémicos em espaços públicos, sócio-económicos e culturais. Isto está de acordo com a [Agenda 2063 da União Africana](#). Um caminho a seguir é que os mediadores de poder, tais como elites locais, gestores patrimoniais, proprietários de empresas, e líderes governamentais e locais se envolvam no combate aos estereótipos nos sectores de património e de turismo, particularmente no que diz respeito ao emprego segregado por género. Podem ser organizados workshops para discutir questões difíceis sobre quem está à mesa, quem decide, quem actua, quem define estratégias, e quem se beneficia. Tal abordagem reorientaria os discursos de inclusão, afastando-os das “comunidades pobres” para as organizações e para as suas estruturas, a fim de realçar as desigualdades e discriminações.

Possíveis soluções:

- Parar de usar estatísticas cegas ao género como medida do “sucesso” dos projectos, incluindo programas de formação. Esses números consideram frequentemente os registados em vez de quem frequenta um curso e, portanto, não reflectem a utilidade dos programas. Em vez disso, garantir que haja igualdade de resultados, bem como igualdade de oportunidades. Realizar inquéritos qualitativos aos participantes, recolhendo dados sobre a utilidade dos programas e a forma de os melhorar.
- Garantir que as mulheres decidam os temas e o conteúdo das actividades que as visam, incluindo os programas de formação, para as alinhar com as suas próprias necessidades localizadas. Essas actividades, demasiadas vezes impostas externamente, não consideram as mulheres como sujeitos com poder e, em vez disso, reflectem crenças estereotipadas dos ocidentais sobre os africanos.
- Incentivar as mulheres e os outros géneros a assumirem papéis de liderança, para que possam participar nos processos de tomada de decisão. Fornecer exemplos positivos e encorajadores como forma de avançar. Por exemplo, em Moçambique, 97 dos 250 deputados na Assembleia da República são mulheres.

COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, UM DIA DE CADA VEZ

Os vários projectos analisados não consideraram nem abordaram os diferentes estereótipos, discriminações e barreiras que as mulheres e os outros géneros enfrentam em África. Não desafiaram e não reformularam adequadamente alguns estereótipos coloniais comuns, perpetuados pelos projectos de desenvolvimento anteriores, incluindo o das mulheres africanas serem consideradas esposas e mães pertencentes à esfera privada, em vez de pessoas com poder de decisão próprio em actividades geradoras de rendimentos. Além disso, a revelação e desconstrução de estereótipos e discriminações não deve ocorrer apenas dentro de África. As mulheres, os homens e os outros géneros da grande diáspora africana e seus aliados têm um papel a desempenhar para tornar visíveis os aspectos múltiplos, interseccionais e mutuamente construídos de identidade que contribuem para os estereótipos públicos e privados e a discriminação contra as mulheres e contra os outros

géneros, incluindo a etnicidade, classe, idade e nível académico. A academia, por exemplo, tem sido um fórum importante para perpetuar, justificar e ampliar a discriminação e os estereótipos das mulheres. As mulheres académicas de África e da diáspora, apesar de um número crescente delas no meio académico ou trabalhando profissionalmente em património e arqueologia, são ainda marginalizadas, silenciadas e tornadas invisíveis. No Reino Unido, por exemplo, os dados oficiais sobre quem recebe financiamento público para pesquisa destacam a persistente marginalização dos candidatos de minorias étnicas. Isto tem resultado em projectos académicos e não académicos que perpetuam representações neo-coloniais e orientalistas de mulheres africanas, bem como na abordagem contínua de “salvadores” por parte de pesquisadores e profissionais ocidentais que falam em nome e definem as comunidades com as quais trabalham.

Possíveis caminhos a seguir:

- Continuar a produzir pesquisas que realcem as abordagens estereotipadas e discriminatórias às mulheres e outros géneros de África, perpetuadas por espaços de poder (por exemplo, instituições de ensino superior e partidos políticos).
- Desafiar o status quo, realçando diferentes abordagens, vozes e visões sobre o património para o desenvolvimento. Por exemplo, como parte do projecto O Nosso Património Mundial, uma série de webinars e uma conferência sobre o tema “Géneros e Diversidades”, com o objectivo de revelar, expor, e desafiar estereótipos e discriminações, bem como destacar as contribuições de indivíduos (de diferentes géneros) que contribuíram num local patrimonial. Um apelo à participação acolheu abordagens e narrativas inovadoras que poderiam desafiar algumas das exclusões, discriminações e violência perpetuadas em locais do Património Mundial.



Dia da Mulher Moçambicana (Inhambane, 2019), um evento público para reivindicações políticas e sociais

REDISTRIBUIÇÃO DE (CUIDADOS) RESPONSABILIDADES



Um problema-chave do património para projectos de desenvolvimento é que não consideram os obstáculos estruturais (e muitas vezes socioculturais) que impedem as mulheres de participar. O património para o desenvolvimento sustentável nunca ocorrerá se não houver redistribuição de tempo, trabalho, e responsabilidades entre mulheres e homens. Está bem documentado que algumas mulheres têm falta de tempo, pois muitas vezes têm muitas tarefas de cuidados, não remuneradas e não reconhecidas, e realizam a maior parte do trabalho doméstico. Não vale a pena desenvolver projectos patrimoniais dirigidos às mulheres se a falta de tempo e as múltiplas responsabilidades adicionais não forem abordadas em paralelo, uma vez que elas podem inscrever-se, mas não participar nos eventos. O [objectivo 5.4. dos ODS](#) solicita que os cuidados não remunerados e o trabalho doméstico sejam reconhecidos através “da prestação de serviços públicos, infra-estruturas e políticas de protecção social e de promoção da responsabilidade partilhada no seio

do agregado familiar e da família conforme apropriado nacionalmente”

Este é um primeiro passo importante, mas tal reconhecimento e disposições levarão anos para serem implementadas, pelo que os projectos devem começar já a considerar o trabalho invisível feito pelas mulheres. Quando falei com as participantes dos projectos, ficou claro que muitas se inscreveram em sessões de formação e outras actividades, mas tiveram problemas em frequentá-las regularmente. Qualquer envolvimento das mulheres requer discussões cuidadosas com elas sobre aquilo com que se podem comprometer e a respectiva duração, tendo em conta as questões interseccionais, incluindo as de classe, origem étnica e religiosa, idade, estado civil, e capacidade.

Mais importante ainda, a igualdade de género no domínio do património não ocorrerá se os homens não estiverem envolvidos e se não assumirem qualquer responsabilidade pela mudança. Os homens, em todo o mundo, incluindo em África, têm desafiado as dinâmicas tradicionais de género e as tradições socioculturais enraizadas, incluindo o facto de que as mulheres devem ser inteiramente responsáveis pelos cuidados das crianças, mas ainda há mais trabalho a fazer, uma vez que as mulheres ainda são desproporcionadamente responsáveis pelos cuidados das crianças e pelas tarefas domésticas. As mulheres são geralmente vistas como pertencendo à esfera privada/à casa, enquanto que os homens pertencem à esfera pública, as ruas. Os homens devem passar mais tempo em casa, cozinhando e cuidando da família para ajudar as mulheres que querem avançar mais para a esfera pública (e também para serem mais livres para se formarem, etc.). No entanto, tais mudanças não podem ser impostas externamente. Terão de ser internas, visto que nem todas as mulheres têm as mesmas aspirações. Algumas preferem ficar em casa.

Possíveis Soluções:

- Promover o trabalho feito pelos homens para desafiar os papéis e dinâmicas tradicionais de género. Um exemplo é o de David Moinina Sengeh, um ministro da Serra Leoa, que durante o confinamento da Covid-19 publicou a foto sua com a sua filha de 10 meses nas redes sociais e pediu aos outros líderes masculinos que partilhassem como trabalhavam a partir de casa.
- Garantir que os projectos sobre o empoderamento das mulheres aliviem algum do seu trabalho invisível, nos seus próprios termos. Isto pode incluir o fornecimento de vouchers para cobrir os custos dos cuidados de crianças ou o fornecimento de opções de partilha na cozinha.

RETHINKING HERITAGE for SUSTAINABLE DEVELOPMENT



Patrimônio, meio ambiente e mudanças climáticas



COMPREENSÃO DO PATRIMÓNIO COMO UM ACTIVO E COMO UMA AMEAÇA AO MEIO AMBIENTE

Os projectos analisados, tal como muitas iniciativas semelhantes em matéria de património, visavam promover a protecção ambiental. No entanto, negligenciaram os seus próprios impactos negativos, uma vez que estavam organizados em torno e contavam com peritos internacionais e na promoção do turismo internacional. Os peritos e turistas internacionais contribuem activamente para as mudanças climáticas, particularmente através das viagens aéreas, e por vezes contribuem também para a degradação ambiental.

A produção artesanal também pode causar degradação ambiental, por exemplo através da utilização de recursos de espécies ameaçadas, como o marfim e a carapaça de tartaruga em Moçambique. No entanto, os produtores de artesanato que conheci em Moçambique deixaram claro que tais tendências negativas continuarão até e a menos que as comunidades locais e os titulares de direitos sejam compensadas

pela protecção do ambiente e sejam capazes de procurar oportunidades alternativas de subsistência sustentáveis, tal como promovido no [ODS 15c](#). Porque os habitantes locais participariam na protecção do património e do meio ambiente se perdem no processo?

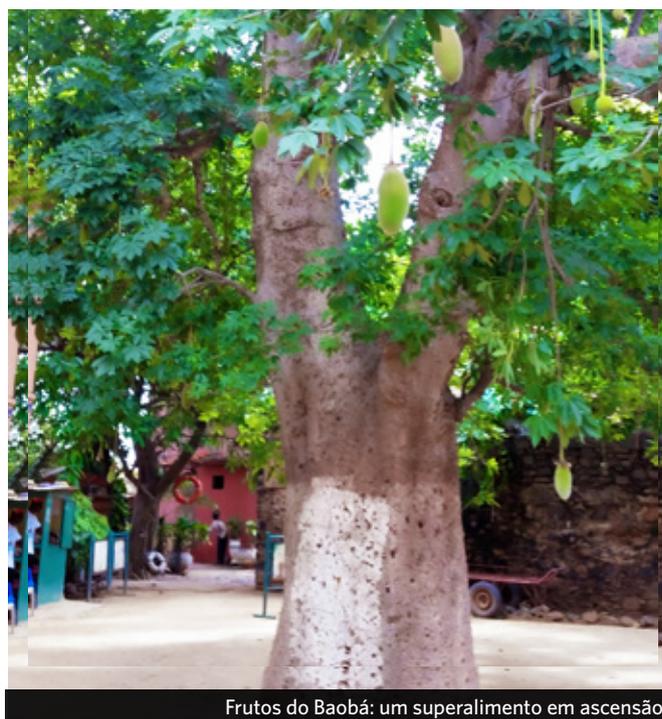
Finalmente, vários projectos promovem práticas de património imaterial em pequena escala sem considerar o seu enredamento em práticas insustentáveis mais vastas. Por exemplo, a pesca tradicional está cada vez mais enredada em questões de esgotamento dos recursos oceânicos (embora isto se deva frequentemente à pesca industrial associada às mudanças climáticas e à poluição). Assim, a protecção destas práticas de património imaterial precisa de ser entendida num contexto mais amplo, como indivíduos e organizações locais têm feito em vários países africanos.

Possíveis caminhos a seguir:

- Continuar a promover reuniões virtuais sempre que relevante, bem como o maior envolvimento de peritos nacionais e locais, para reduzir as pegadas de carbono de projectos. Considerar o impacto das assimetrias digitais em novas abordagens de trabalho. Integrar práticas de trabalho mais sustentáveis do Hemisfério Sul.
- Pesquisar e implementar modelos para compensar as comunidades locais e os titulares de direitos para a protecção ambiental, assegurando que possam procurar oportunidades alternativas de subsistência sustentáveis, tal como promovido no ODS 15c.
- Documentar o enredamento da protecção ambiental com questões mais amplas de corrupção, falta de transparência, e nepotismo. Existem mecanismos legais que visam promover a protecção ambiental, incluindo a introdução de taxas obrigatórias (por exemplo, como incentivo para o corte de madeira licenciado) que retornam às comunidades para investimento em determinados projectos. Contudo, a corrupção, a falta de implementação da legislação, e a falta de transparência nos projectos comunitários seleccionados reduziram a eficácia destes mecanismos. Tais abusos devem ser denunciados.

RECONHECIMENTO DO PATRIMÓNIO COMO UMA ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AMBIENTAIS

Considera-se que o património ainda é demasiadas vezes afectado negativamente pelas mudanças climáticas e que precisa de ser protegido (ver, por exemplo, o relatório resumido das discussões da COP25 pelo governo líder nas negociações³). Contudo, o património, particularmente as suas manifestações imateriais, é um recurso que pode fornecer abordagens e soluções inovadoras para a adaptação e mitigação das mudanças climáticas e desastres relacionados. Conforme salientado, isto não acontecerá até e a menos que os povos indígenas e as populações locais deixem de ser estereotipados, considerados arcaicas e sem conhecimento. Embora se reconheça o conhecimento indígena e as abordagens tradicionais, deve lembrar-se que estão sempre em evolução. No Delta de Saloum, por exemplo, conheci indivíduos que experimentaram e testaram diferentes espécies endógenas e outras espécies arbóreas para avaliar como podem resistir e adaptar-se às mudanças ambientais e climáticas e à mudança das composições do solo.



Frutos do Baobá: um superalimento em ascensão

Possíveis Soluções:

- Registrar e partilhar diferentes soluções e abordagens desenvolvidas pelos locais para se adaptarem às mudanças climáticas e outros eventos ambientais (particularmente em locais áridos), utilizando tanto o conhecimento tradicional como científico, ajudando assim outros locais e comunidades a desenvolverem respostas adaptadas às suas circunstâncias locais.
- Envolver os habitantes locais e os titulares de direitos no desenvolvimento de estratégias inovadoras de adaptação e mitigação das mudanças climáticas. Garantir que o património seja plenamente tido em conta na elaboração de estratégias de adaptação e mitigação.

3. [Side Event to UNFCCC COP25 on addressing climate change impacts on cultural and natural heritage: the Day After](#). Madrid, Spain: UNFCCC COP25, 2019.



Viveiro de árvores, Delta de Saloum, Senegal

PROMOÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM LOCAL

Uma descoberta chave da pesquisa é a importância das culturas locais, que são frequentemente consideradas como manifestações do património imaterial devido ao seu significado para as práticas sociais, rituais, e eventos festivos. Algumas destas culturas podem ajudar a alcançar o [ODS 2](#). Algumas destas culturas não são só “superalimentos”, como também podem adaptar-se melhor às mudanças climáticas do que outras culturas (importadas), porque podem resistir tanto à seca como às chuvas fortes e podem ajudar a prevenir monoculturas. Adicionalmente, fazem face ao desafio das mudanças climáticas, encorajando cadeias de abastecimento curtas, encurtando a rota de transporte do produtor para o consumidor, e apoiando uma filosofia de zero quilómetro. Contudo, estas culturas estão em

perigo, devido, em parte, à popularidade das dietas ocidentalizadas influenciadas pela globalização e pelo colonialismo, mas também devido à importação de alimentos ocidentais a preços muito baixos em alguns países africanos. Além disso, tem havido um impulso comercial para a utilização de culturas geneticamente modificadas que são patenteadas e privatizadas, incluindo milho e batata, e um número crescente de países africanos (incluindo o Quênia, a África do Sul, o Sudão e o Egipto) aprovaram uma legislação que lhes permite, porque são supostamente (embora não realmente) resistentes a doenças, vírus e insectos. Estas mudanças na agricultura industrial ameaçam as culturas locais, bem como a saúde humana e ambiental.

Possíveis caminhos a seguir:

- Incentivar a utilização de múltiplas designações reconhecidas internacionalmente, tais como os registos do património imaterial e a Lista do Património Mundial, como forma de aumentar a visibilidade e o prestígio das culturas locais e de fazer face à sua falta de popularidade entre os habitantes locais.
- Pesquisar como as empresas de distribuição alimentar e os projectos internacionais sobre segurança alimentar podem promover os produtos locais e as formas locais de consumo, em vez de dependerem das importações.

DIMINUIÇÃO DA PRESSÃO SOBRE O PATRIMÓNIO E SOBRE O MEIO AMBIENTE

O crescimento demográfico é um dos maiores desafios que se aproximam para África. Segundo estimativas da ONU, a sua população atingirá 2,5 mil milhões até 2050 (cerca de 26% da população mundial total) e quase duplicará, atingindo 4,5 mil milhões até 2100 (cerca de 40% da população mundial total)⁴. Este crescimento irá certamente aumentar a pressão sobre o património. Uma questão chave, como explicado ao longo da minha pesquisa, é que a protecção do património continua a depender demasiado da boa vontade da população. Embora

existam mecanismos de compensação (por vezes apenas parcialmente implementados, ver acima), estes não correspondem nem incluem todo o trabalho voluntário feito pelos locais sobre reflorestação, sobre a luta contra a sobrepesca ou a caça furtiva, ou sobre o controlo do respeito das quotas (por exemplo, no que diz respeito aos serviços e benefícios dos ecossistemas). Muitas vezes não funcionam porque as pessoas estão desligadas do seu património e ambiente e/ou estão sobrecarregadas.

Possíveis Soluções:

- Integrar a educação patrimonial e de protecção ambiental desde a mais tenra idade. Tais actividades tem sido implementadas em algumas partes de África, para assegurar que o património e a protecção ambiental se integrem nas actividades quotidianas, desde a preparação de viveiros de árvores até à plantação de árvores frutíferas nas escolas e em torno delas, à reabilitação de paisagens poluídas e à reciclagem.
- Apoiar os programas e políticas nacionais e internacionais que tenham um impacto positivo na gestão ambiental e patrimonial.
- Garantir que o financiamento internacional e bilateral apoie organizações da sociedade civil e activistas locais que trabalham na protecção ambiental, que podem responsabilizar os políticos pela implementação transparente dos mecanismos de compensação.
- Documentar como as práticas sociais em torno da conservação de locais sagrados podem ser adaptadas a outras áreas.

4. ['World population projected to reach 9.8 billion in 2050, and 11.2 billion in 2100'](#), United Nations Department of Economics and Social Affairs, 21 June 2017.

RETHINKING HERITAGE for SUSTAINABLE DEVELOPMENT

HERITAGE, ENVIRONMENT
& CLIMATE CHANGE

UNDERSTAND HERITAGE AS AN
ASSET & A THREAT

MARKET

FROM ANIMAL PROTECTION...

... TO CARBON FOOTPRINTS

... AND ADDRESSING CORRUPTION
IN FINDING SOLUTIONS

ACKNOWLEDGE HERITAGE AS
ADAPTATION to CLIMATE &
ENVIRONMENTAL CHANGE

TAPPING KNOWLEDGE
BUILT OVER TIME...

DECREASING PRESSURE on
HERITAGE & the ENVIRONMENT

o NOT JUST ECONOMICS-DRIVEN

o EDUCATION ABOUT
SUSTAINABLE PRACTICES:

o BRIDGE NATURAL/CULTURAL DIVIDE
IN HERITAGE PRACTICES.

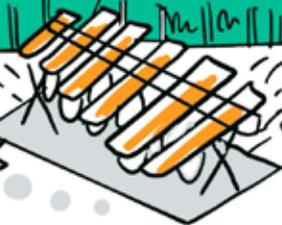
THIS KNOWLEDGE IS
DYNAMIC

PROMOTE LOCALLY
SOURCED PRODUCTS

- o RESILIENT CROPS
- o SHORT SUPPLY CHAINS!
- o LOCAL HERITAGE ASSETS TO BE PROMOTED!

FONIO

- o VULNERABILITY TO INCREASES IN GLOBAL DEMAND?
- o SUSTAINABILITY FOCUS



Bibliografia

- [Agenda 2063. The Africa We Want](#). African Union, 2015.
- [Charter for African Cultural Renaissance](#). Khartoum, Sudan: African Union, 2006.
- [Evaluation of the Bassari Country](#). Paris: ICOMOS, 2012.
- [‘Gender and Diversities’ webinars and conference](#). Our World Heritage, 2021.
- [Liberation Heritage Route](#). South Africa National Heritage Council, 2009.
- [Pays Bassari: Paysages culturels Bassari, Peul et Bédik. Proposition d’inscription sur la Liste du Patrimoine Mondial](#). Government of Senegal, 2011.
- [Policy Document for the Integration of a Sustainable Development Perspective into the Processes of the World Heritage Convention](#). Paris: UNESCO, 2015.
- Labadi, Sophia, ed., [The Cultural Turn in International Aid. Impacts and Challenges for Heritage and the Creative Industries](#). Routledge, 2019.
- Labadi, Sophia, Giliberto, Francesca, Rosetti, Ilaria, Shetabi, Linda, Yildirim, Ege, [Heritage and the Sustainable Development Goals. Policy Guidance for Heritage and Development Actors](#). Paris: ICOMOS, 2021.
- [Side Event to UNFCCC COP25 on addressing climate change impacts on cultural and natural heritage: the Day After](#). Madrid: UNFCCC COP25, 2019.
- Thierno Gaye, Amadou, Lo, Henri Mathieu, Sakho-Djimbira, Souadou, Sèye Fall, Mor and Ndiaye, Ibrahima. [Sénégal: revue du contexte socioéconomique, politique et environnemental](#). Rapport d’étude. IED Afrique. Innovation, environnement, développement, 2015.
- [‘World population projected to reach 9.8 billion in 2050, and 11.2 billion in 2100’](#), United Nations Department of Economics and Social Affairs, 21 June 2017.

